DEBATES
EM EDUCAÇÃO
ISSN: 2175-6600

Debates

Parlamento Jovem e Residência Pedagógica: diálogos, experiências e contribuições para a formação docente

Youth Parliament and Pedagogic Residency: dialogues, experiences and contribution to teachers training

Parlamento Joven y Residencia Pedagógica: diálogos, experiencias y contribuciones a la formación docente

Gleyton Trindade[1]
Universidade Federal de Alfenas, Brasil.

Leonardo Turchi Pacheco[2]
Universidade Federal de Alfenas, Brasil.

Thiago Silame[3]
Universidade Federal de Alfenas, Brasil.

Resumo
O artigo analisa a integração entre o Programa Residência Pedagógica e o Parlamento Jovem como estratégia de formação docente e fortalecimento da educação política democrática. A partir de uma experiência desenvolvida no Programa Residência Pedagógica do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alfenas-MG, fundamentada na articulação entre teoria e prática, na extensão universitária e na educação para a cidadania, discute-se como atividades extensionistas articuladas com escolas públicas, Câmaras Municipais e sociedade civil podem ampliar a dimensão prática e cidadã da formação de licenciandos. O relato da experiência, orientado por metodologias ativas, planejamento colaborativo e reflexão sobre a prática docente, evidencia que parcerias institucionais podem favorecer o protagonismo estudantil e o desenvolvimento de competências cívicas, ao mesmo tempo em que proporcionam aos residentes vivências sociais e institucionais. A análise destaca ainda a indissociabilidade entre formação docente, extensão e educação política, bem como a contribuição da cooperação para a consolidação da Escola do Legislativo local e o fortalecimento institucional da Câmara Municipal enquanto espaço educativo. Conclui-se que a articulação entre universidade e Legislativo pode qualificar a formação docente e promover experiências democráticas significativas.
Palavras-chave: formação docente; extensão universitária; Parlamento Jovem; Residência Pedagógica.

[1] Doutor em Ciência Política. Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG). Orcid: https://orcid.org/0000-0002-8633-1884. E-mail: gleytoncarlostrindade@gmail.com.
[2] Doutor em Educação. Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG). Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0390-1608. E-mail: leonardo.pacheco@unifal-mg.edu.br.
[3] Doutor em Letras. Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7018-5694. E-mail: thiago.silame@unifal-mg.edu.br.

https://doi.org/10.28998/2175-6600.2026v18n40.20240
Artigo publicado sob a Licença Creative Commons 4.0
Submetido em: 04/11/2025
Aceito em: 28/09/2026
Publicado: 11/11/2026

Abstract
This article analyzes the integration between the Pedagogical Residency Program and the Youth Parliament as a strategy for teacher education and the strengthening of democratic political education. Based on an experience developed within the Pedagogical Residency Program of the Social Sciences undergraduate program at the Federal University of Alfenas, Minas Gerais, grounded in the articulation between theory and practice, university extension, and citizenship education, the article discusses how extension activities involving public schools, Municipal Councils, and civil society can broaden the practical and civic dimensions of pre-service teacher education. The experience report, guided by active methodologies, collaborative planning, and reflection on teaching practice, shows that institutional partnerships can foster student protagonism and the development of civic competencies, while providing residents with social and institutional experiences. The analysis also highlights the inseparability of teacher education, university extension, and political education, as well as the contribution of this cooperation to consolidating the local School of the Legislature and strengthening the Municipal Council as an educational space. It concludes that cooperation between universities and the Legislative Branch can enhance teacher education and promote meaningful democratic experiences.
Keywords: teacher education; university extension; Youth Parliament; Pedagogical Residency.

Resumen
El artículo analiza la integración entre el Programa de Residencia Pedagógica y el Parlamento Joven como estrategia de formación docente y fortalecimiento de la educación política democrática. A partir de una experiencia desarrollada en el Programa de Residencia Pedagógica de la carrera de Ciencias Sociales de la Universidad Federal de Alfenas, Minas Gerais, fundamentada en la articulación entre teoría y práctica, la extensión universitaria y la educación para la ciudadanía, se discute cómo las actividades de extensión articuladas con escuelas públicas, Cámaras Municipales y la sociedad civil pueden ampliar la dimensión práctica y ciudadana de la formación de los futuros docentes. El relato de la experiencia, orientado por metodologías activas, planificación colaborativa y reflexión sobre la práctica docente, evidencia que las alianzas institucionales pueden favorecer el protagonismo estudiantil y el desarrollo de competencias cívicas, al mismo tiempo que proporcionan a los residentes experiencias sociales e institucionales. El análisis destaca además la articulación entre formación docente, extensión universitaria y educación política, así como la contribución de la cooperación a la consolidación de la Escuela del Legislativo local y al fortalecimiento institucional de la Cámara Municipal como espacio educativo. Se concluye que la articulación entre la universidad y el Poder Legislativo puede cualificar la formación docente y promover experiencias democráticas significativas.
Palabras clave: formación docente; extensión universitaria; Parlamento Joven; Residencia Pedagógica.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo busca realizar uma reflexão sobre a inserção de atividades extensionistas em programas voltados para a formação docente. Em termos mais específicos, reflete sobre a experiência do Residência Pedagógica do curso de Ciências Sociais Licenciatura da Universidade Federal de Alfenas-MG (Unifal-MG) que assumiu, como uma de suas atividades formativas, a realização da ação de extensão Parlamento Jovem de Alfenas vinculada ao projeto de extensão Observatório da Democracia. Por meio do relato dessa experiência extensionista, o presente trabalho tem por objetivo refletir sobre como o Parlamento Jovem de Minas Gerais (PJMG), inserido em atividades

de extensão, pode contribuir para a formação docente no âmbito de programas como o Residência Pedagógica e, numa via de mão dupla, como programas de formação docente podem contribuir para a realização de programas de educação política democrática como o Parlamento Jovem.

No ano de 2023, as atividades do Parlamento Jovem de Alfenas foram introduzidas como atividades extensionistas no Programa Residência Pedagógica do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Unifal-MG. A literatura que aborda o PJMG concentra-se, em geral, nos impactos da participação sobre estudantes do ensino médio, especialmente no que se refere à educação, à socialização política e à percepção da democracia e de suas instituições (Trindade *et al*., 2021; Martins; Barros, 2018a; Martins; Barros, 2018b; Fuks; Casalecchi, 2016; Fuks, 2014; Sampaio; Siqueira, 2013). Entretanto, observa-se uma lacuna nos estudos que tratam programas de educação política também como experiências formadoras para os futuros docentes envolvidos na concepção, discussão e realização das oficinas junto aos estudantes da educação básica.

Nesse sentido, o presente trabalho busca contribuir para a ampliação dessa reflexão, evidenciando diálogos e interconexões possíveis entre ambas as atividades no processo de formação docente. Ao final da experiência extensionista, duas avaliações foram realizadas, uma pela Comissão Político Pedagógica (CPP) da ação e outra pelos próprios residentes participantes através de entrevistas. Por questões de espaço, esse trabalho trata apenas da avaliação feita pela CPP, deixando-se para outro momento a análise das entrevistas com os participantes. Assim, na esteira da reflexão realizada pela CPP sobre a experiência extensionista, esse artigo pretende destacar elementos que favorecem o fortalecimento mútuo de iniciativas desse tipo, sobretudo no que diz respeito à constituição de parcerias institucionais que promovam a formação docente de forma participativa, democrática e em diálogo com a sociedade.

Assim, ressalta-se que programas como a Residência Pedagógica podem colaborar diretamente com o Parlamento Jovem ao facilitar a aproximação das Câmaras Municipais com escolas e seus profissionais, além de envolver estudantes universitários engajados em metodologias ativas de ensino na elaboração das oficinas. Por sua vez, a inserção de atividades realizadas em parceria com as Câmaras Municipais possibilitaria aos residentes um enriquecimento formativo a partir do contato mais próximo com a realidade local, com organizações da sociedade civil e com órgãos públicos municipais, como a própria Câmara Municipal e secretarias de governo. Dessa forma, evidencia-se o

papel suplementar e estratégico que tais instituições podem desempenhar na consolidação de uma formação docente orientada para a convivência democrática.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Castro e Freitas (2017) apresentam o Parlamento Jovem de Minas (PJMG) como uma experiência inovadora de educação política e cidadania, organizada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) e Câmaras Municipais concebido como um programa de formação política juvenil, visando não apenas o letramento cívico, mas também o desenvolvimento de competências participativas, reforçando a função educativa do poder Legislativo. Desde sua criação em 2004, inspirado no modelo de seminário legislativo, o PJMG desenvolveria, junto a estudantes do ensino médio, debates, pesquisas e elaboração de propostas sobre temas escolhidos coletivamente. Inicialmente restrito a Belo Horizonte, expandiu-se para o interior em 2010 e, a partir de 2013, passou por um processo de regionalização que descentralizou a coordenação e consolidou o formato em rede, permitindo maior alcance e protagonismo local. Esse modelo possibilitou que diferentes municípios cooperassem, ampliando a interação e a produção coletiva de conhecimento político.

A partir dessa expansão, Castro e Freitas (2017) observam que a estrutura organizativa do PJ-Minas se configura como uma morfologia de redes em que os “nós” (estudantes, monitores, professores, técnicos legislativos) se articulam em conexões que se estabelecem ao longo das etapas do projeto. Desta forma, a estrutura do PJMG transitou de um modelo centralizado, dependente da ALMG, para uma estrutura mais horizontal e cooperativa, onde fluxos de comunicação e responsabilidades são compartilhados entre coordenações municipais, regionais e estadual. Segundo as autoras, essa configuração fortalece a legitimidade do processo ao ampliar a interação contínua e a corresponsabilidade entre os atores. Seus resultados não se limitaram à formulação de propostas legislativas, mas incluíram recomendações, ações e práticas de fiscalização. Assim, ao se consolidar como uma experiência de educação política em rede e ao descentralizar sua gestão e fomentar a cooperação entre municípios, o projeto não apenas formaria jovens cidadãos, mas também contribuiria para a institucionalização da participação social no Legislativo mineiro, oferecendo um modelo de democracia colaborativa, ainda que enfrentando desafios típicos desse tipo de projeto como o de

ampliar a profundidade conceitual dos debates, evitando que a dimensão procedimental prevaleça sobre a formativa (Castro; Freitas, 2017, p. 28).

Pesquisas importantes têm demonstrado a eficiência desse tipo de atividade em promover competência cívica e conhecimento político. Importante literatura produzida sobre o tema tem apontado que programas de educação cívica nas escolas, por exemplo, são capazes de aumentar o conhecimento político dos e das estudantes, bem como promover atitudes mais democráticas entre eles e elas. Além disso, as ações tornariam os e as estudantes mais dispostos a debater o seu ponto de vista e predispostos a participar politicamente (Campbell, 2008). Programas fora das escolas, dirigidos à comunidade como um todo, também teriam efeitos substantivos na produção de conhecimento político, eficácia política, na participação e na tolerância. Os e as participantes desses programas também se tornariam mais moderados em suas opiniões políticas. Além disso, tais efeitos não seriam apenas diretos, mas também indiretos, uma vez que seriam transmitidos às redes mais próximas pelos participantes (Finkel; Smith, 2010).

O estudo de Beaumont *et al.* (2006), por exemplo, investigou como experiências educacionais nesse sentido poderiam fomentar competências políticas e ampliar o engajamento democrático de estudantes. A pesquisa, conduzida em 21 cursos e programas de diferentes instituições, reuniu uma amostra de 481 estudantes que responderam a questionários no início e ao final das intervenções. Além dos surveys, foram realizadas entrevistas, análises de trabalhos escritos e consultas a docentes para triangulação dos resultados, de modo a captar tanto percepções individuais quanto evidências qualitativas de mudança. Os resultados indicariam que intervenções pedagógicas centradas no engajamento político geram efeitos significativos no fortalecimento de dimensões-chave da cidadania democrática. Os ganhos mais consistentes ocorreriam em quatro eixos: identidade politicamente engajada, conhecimentos básicos de política, habilidades de influência e ação, e expectativas de participação futura em atividades eleitorais e de expressão política. Um dado central é que os efeitos variam conforme o nível inicial de interesse político: estudantes com baixa disposição prévia para acompanhar a vida pública apresentaram os maiores avanços, sobretudo no desenvolvimento da identidade cívica e na intenção de participar em processos eleitorais e ações de voz política. Já aqueles com maior interesse inicial consolidaram conhecimentos e habilidades, elementos essenciais para uma participação de qualidade.

Em estudo mais recente, Clark e Scherpereel (2024) examinaram os potenciais benefícios dos programas de simulações de atividades políticas, propondo um modelo analítico para avaliar seus resultados pedagógicos. O estudo teve como foco a *Mid-Atlantic European Union Simulation* (MEUS), realizada anualmente em Washington, D.C., envolvendo cerca de 150 estudantes de diversas instituições de ensino. Para mensurar os efeitos das atividades, os pesquisadores aplicaram questionários pré e pós-participação em quatro anos consecutivos, comparando os resultados de estudantes que participaram do evento com aqueles que frequentaram cursos tradicionais sobre a União Europeia. O instrumento avaliou o nível de conhecimento factual, o interesse e engajamento político, a autopercepção de habilidades de liderança, negociação e oratória, além de mudanças de atitude relacionadas a ideologia política e posicionamentos frente à integração europeia.
Os resultados indicariam que as atividades de educação política promovem ganhos significativos de conhecimento. No entanto, o aspecto mais promissor refere-se à empatia: ao assumir papéis de líderes com posicionamentos diversos, muitos estudantes ajustaram suas próprias percepções, revelando maior disposição para compreender perspectivas alternativas, ainda que mudanças no eixo ideológico esquerda-direita tenham sido pouco expressivas. Assim, Clark e Scherpereel (2024) concluem que as simulações representam uma estratégia pedagógica valiosa, sobretudo por estimular o interesse e favorecer o desenvolvimento de empatia em temas políticos pouco familiares aos estudantes.

Fuks e Casalecchi (2016), por sua vez, analisaram os impactos de programas de socialização política e educação cívica tendo como estudo de caso mais específico o próprio PJMG. A pesquisa parte da questão central sobre como se formam cidadãos compatíveis com a democracia e quais mecanismos podem estimular atitudes e comportamentos democráticos. Importante nesse estudo é o conceito de “cidadão democrático”, caracterizado pela participação política, motivação, conhecimento político, confiança equilibrada nas instituições e tolerância às diferenças. Os autores argumentam que, embora esses atributos não sejam condições necessárias para a existência da democracia, eles fortalecem sua qualidade e estabilidade. Para além do papel da família e da escola na socialização política e educação cívica de longo prazo, os autores chamam a atenção para programas de curta duração, como os de educação legislativa, capazes de acelerar a aquisição de competências cívicas, especialmente entre jovens em processo inicial de socialização política. Esses programas atuariam como catalisadores

de aprendizado, mobilizando fluxos informacionais e experiências práticas que estimulam conhecimento, motivação e atitudes democráticas.

A pesquisa empírica baseou-se em um desenho quase-experimental, com aplicação de *surveys* antes e depois da participação, comparando jovens participantes com um grupo de controle. Os resultados revelaram que o PJMG promoveu ganhos específicos de conhecimento político, sobretudo ligados ao ambiente da ALMG e aos temas debatidos, embora não tenha ampliado informações gerais sobre partidos ou processo legislativo nacional. O programa também aumentou a motivação política, despertando maior interesse e exposição às informações políticas.

Quanto às atitudes, o PJMG reforçou a confiança na ALMG e nas Câmaras Municipais, além de favorecer percepções positivas sobre transparência e dinamismo dessas instituições. Além disso, promoveu maior tolerância política em relação a minorias tradicionalmente discriminadas, efeito associado tanto ao caráter participativo da metodologia quanto à temática específica debatida no ano da pesquisa. Assim, embora os efeitos não sejam homogêneos, o PJ teria contribuído significativamente para a formação da competência política juvenil, despertando interesse e confiança crítica nas instituições e fortalecendo valores democráticos como a tolerância. Os resultados dialogam com a literatura internacional e com pesquisas anteriores sobre o próprio PJ, como o de Gonçalves e Casalecchi (2013), mostrando que culturas políticas não são imutáveis e que programas de socialização política podem efetivamente fomentar cidadãos mais democráticos.

No caso da cidade de Alfenas-MG, a Câmara Municipal aderiu ao Parlamento Jovem Minas em 2018 realizando sua primeira experiência em parceria com a Unifal-MG. Naquele ano o tema a ser discutido pelos estudantes do ensino médio foi “Violência contra a Mulher”. De experiências extensionistas anteriores, definiu-se que as atividades seriam pensadas e elaboradas por um coletivo reunido numa Comissão Político Pedagógica formada por funcionários da Câmara Municipal de Alfenas, professores e estudantes da Unifal-MG e coletivos e organizações da sociedade civil da cidade e região relacionados à temática. Assim, o “Coletivo de Mulheres” de Alfenas e a Secretaria de Direitos Humanos da cidade compuseram a CPP nessa primeira experiência. As oficinas e palestras foram realizadas no espaço da Câmara Municipal envolvendo, além dos e das estudantes do ensino médio, a secretaria de direitos humanos de Alfenas, a delegacia da mulher, o coletivo de mulheres e membros do Conselho Estadual da Mulher. Estudantes da licenciatura em Ciências Sociais da Unifal-MG também ofereceram oficinas sobre o

tema, além de acompanharem as demais atividades. Continuada nos anos seguintes, a parceria com o projeto de extensão Observatório da Democracia contribuiria com o desenvolvimento institucional da Câmara Municipal de Alfenas com a criação da Escola do Legislativo.

O Programa Residência Pedagógica (RP), por sua vez, foi implantado nas licenciaturas da Unifal-MG em 2019 em meio às reflexões sobre a importância e os efeitos desse tipo de programa para a formação docente. Como lembram Pimenta *et al.* (2024), embora a RP tenha sido implementada no ano de 2018, as discussões sobre programas de residência no campo da educação não constituíam uma novidade no país. Diferentes projetos de lei foram propostos no intuito de criar algo semelhante aos programas de Residência em Saúde, porém direcionados à formação de professores. Faria e Pereira (2019) observam que as primeiras propostas de legislação sobre o tema tomam emprestado pressupostos da residência médica. No que se refere à formação continuada de professores, "residência educacional" teria sido a primeira expressão utilizada para se referir a esse tipo de programa. No texto do Projeto de Lei do Senado n.° 227/2007 (BRASIL, 2007), propunha-se instituir a prática como obrigatória aos professores habilitados para a docência na educação infantil. Arquivado esse projeto de lei na fase de discussão no Senado, o Residência Pedagógica do Ministério da Educação (MEC) seria lançado em março de 2018, em edital que definiu a residência pedagógica como "uma atividade de formação realizada por um discente regularmente matriculado em curso de licenciatura e desenvolvida numa escola pública de educação básica, denominada escola-campo" (Faria; Pereira, 2019, p. 349).

Ainda assim, é preciso notar que o programa não foi objeto de consenso. Pimenta *et al.* (2024) observam que, embora alguns estudiosos considerem o Residência Pedagógica como um avanço no aperfeiçoamento da formação inicial de professores, por outro lado ele foi alvo de críticas por parte de associações acadêmicas, científicas e profissionais. Entidades no campo educacional, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) expressaram preocupações em relação à implementação dessa política educacional, em especial no que se refere ao alinhamento das propostas pedagógicas às prescrições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Reações ao programa em algumas instituições levaram, inclusive, ao boicote de sua implementação em algumas universidades, como na Universidade Federal de Goiás (Pimenta *et al*., 2024, p. 7).

Outras reflexões procuraram contextualizar o RP numa concepção de formação docente entendida como um campo de disputa de projetos societários, o que demandou uma compreensão aprofundada dos fundamentos teóricos e metodológicos que orientam tais iniciativas. Silva (2020), por exemplo, identifica que, historicamente, a formação de professores no Brasil pautou-se por uma racionalidade técnica, posteriormente substituída por uma epistemologia da prática que, embora reconheça o saber docente, tende a reduzir a reflexão a um pragmatismo imediatista. Em oposição a essas concepções, a autora defende uma "epistemologia da práxis", que compreende os professores como sujeitos históricos e autônomos. Nesse contexto, o RP poderia ser ressignificado num sentido contra-hegemônico ao compreender a unidade teoria e prática (práxis), entendida como relação dialética e indissociável; ao pensar a alternância, como articulação formativa entre universidade e escola, sem hierarquização; ao conceber o trabalho pedagógico, compreendido em sua dimensão ontológica e intencional, distinto da mera prática instrumental; ao pensar o processo de ensinar e aprender, centrado na mediação docente como ato intencional e transformador; ao conceber a autonomia didático-pedagógica como liberdade reflexiva e coletiva para organizar o trabalho educativo; e ao entender a profissionalidade docente, concebida como construção que integra dimensões objetivas e subjetivas da docência (Silva, 2020, p. 113).

No caso da Unifal-MG, a implementação do RP foi entendida pelo Núcleo das Licenciaturas da universidade como uma oportunidade para consolidar as licenciaturas, relativamente recentes. O programa foi, portanto, amplamente acolhido pelos cursos de licenciatura, mesmo enfrentando os desafios de sua implementação nos anos seguintes com a realidade da pandemia e a necessidade de adaptações metodológicas com o Ensino Remoto Emergencial (Julio; Felício, 2022).

3. METODOLOGIA: ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DAS OFICINAS

No caso específico da área de Sociologia, a versão do Residência Pedagógica dos anos de 2023 e 2024 da Unifal-MG contou com 25 bolsistas divididos em 5 núcleos acompanhados por 5 professores (3 professores e 2 professoras) preceptores de escolas diferentes da rede estadual e sob a coordenação de dois professores do curso de Ciências Sociais. As escolas possuíam realidades heterogêneas, inclusive com duas delas com características de atendimento a áreas rurais. O planejamento do subprojeto previa atividades como regências de sociologia, desenvolvimento de sequências didáticas

e projetos de intervenção baseados em metodologias ativas para Sociologia, entre outros. A novidade, em relação aos planejamentos anteriores, foi a inserção da realização do PJ como atividade a ser desenvolvida e acompanhada pelos residentes.

Dessa forma, a Comissão Política Pedagógica do PJ no ano de 2023 foi composta pelos professores coordenadores, funcionários da Câmara Municipal de Alfenas, preceptores e com a participação dos residentes nas reuniões de planejamento. O tema do PJ no ano foi “O jovem e o mercado de trabalho”. Em torno desse tema, portanto, os residentes deveriam elaborar o ciclo de 10 oficinas mais a plenária municipal e participar da organização da plenária regional. Do ponto de vista da organização, a CPP optou por uma mudança importante em relação às versões anteriores do PJ. As atividades seriam desenvolvidas dentro de uma das escolas-campo e não no espaço da plenária da Câmara como nos anos anteriores. Assim, a própria Câmara Municipal disponibilizou os ônibus para transportar estudantes das outras escolas envolvidas para uma das escolas-campo que sediaria as atividades da ação.

Os professores preceptores foram estimulados a desenvolver projetos nas escolas-campo que envolviam o tema “O jovem e o mercado de trabalho” simultaneamente ao planejamento das oficinas. Além disso, cada núcleo ficaria responsável pela realização de 2 oficinas sobre a temática, além de discutir e comentar o planejamento das oficinas dos outros núcleos. O primeiro passo foi a leitura e discussão do documento base do Parlamento Jovem de 2023 elaborado sobre o tema pela PUC-Minas em parceria com a Escola do Legislativo da ALMG. A partir daí, antes da realização efetiva da oficina, cada núcleo apresentava, com uma semana de antecedência, a oficina a ser realizada na semana seguinte para discussão e escrutínio dos e das colegas de outros núcleos. A oficina era reapresentada ao coletivo um dia antes de sua realização com os e as estudantes do ensino médio, já incorporando as críticas e sugestões anteriores. Os residentes eram estimulados a elaborar as atividades por meio de metodologias ativas.

Dessa forma, o ciclo de dez oficinas do Parlamento Jovem de Alfenas 2023 buscou se constituir como um percurso formativo articulando metodologias ativas, recursos audiovisuais, jogos participativos e atividades colaborativas. O objetivo de cada oficina era explorar dimensões complementares do problema público da inserção juvenil no mundo do trabalho, incentivando a reflexão crítica, o protagonismo estudantil e a elaboração de propostas de intervenção social, elemento fundamental da própria dinâmica do PJ.

A primeira oficina teve como objetivo discutir o próprio conceito de política e a ideia de democracia como regime político particular. Além da apresentação de material

audiovisual da escola virtual da cidadania da Câmara, os e as estudantes do ensino médio foram convidados a participar da dinâmica da escolha das camisas do PJ em que se refletiu sobre a necessidade de tomada de decisões coletivas sem o uso de violência, característica definidora da própria política, e em que todos e todas são consideradas politicamente iguais, elemento próprio da democracia.

A segunda oficina foi construída em torno das noções da estrutura do Estado brasileiro como definidos pela Constituição Brasileira. Destaque principal foi dado às noções de divisão de poderes e federalismo. Os e as estudantes do ensino médio foram convidados a participar de um jogo de perguntas e respostas cujo objetivo principal era a reflexão sobre as responsabilidades das diferentes esferas de governo.

A terceira oficina teve como objetivo introduzir os e as estudantes ao conceito de políticas públicas e situá-los no debate sobre a juventude como sujeito de direitos. Partindo de vídeos e de materiais explicativos, os participantes foram convidados a refletir sobre o que caracteriza a inclusão do jovem no mercado de trabalho como um problema público que exige a atuação do Estado. Slides e debates orientados pelos residentes objetivavam a compreensão do processo de formação da agenda governamental, enfatizando a articulação entre problemas, alternativas de intervenção e fluxos políticos. Nesse momento, os e as estudantes puderam reconhecer-se como atores sociais que não apenas vivenciam a realidade das políticas, mas também podem contribuir para sua formulação e monitoramento.

Na quarta oficina, a ênfase recaiu sobre a relação entre escolaridade e conceitos como “empregabilidade”. Os e as estudantes foram apresentados a dados sobre evasão escolar, abandono no ensino médio e desigualdades no acesso ao ensino superior. Discutiu-se também a importância da educação profissional e tecnológica como mecanismo de inserção produtiva, em consonância com as metas do Plano Nacional e Estadual de Educação. A atividade permitiu que os jovens percebessem os impactos da qualificação sobre as oportunidades de emprego e refletissem sobre as condições concretas de permanência na escola.

A quinta oficina abordou as transformações recentes no mercado de trabalho, incluindo a flexibilização das leis trabalhistas, o crescimento do trabalho informal e a ascensão das ocupações mediadas por aplicativos. Apresentações com gráficos e reportagens jornalísticas foram utilizadas como disparadores de debate, de modo a aproximar a realidade dos alunos e alunas da análise acadêmica. Em grupos, os participantes analisaram as vantagens e desvantagens de diferentes formas de vínculo

empregatício. Esse exercício evidenciou dilemas contemporâneos como a tensão entre autonomia e precarização, além de problematizar os impactos da tecnologia sobre profissões tradicionais e emergentes.

A sexta oficina trouxe à tona a questão das desigualdades que atravessam a juventude brasileira. A partir de vídeos, depoimentos e dinâmicas, os e as estudantes refletiram sobre como gênero, raça e território impactam o acesso a oportunidades de trabalho. Os jogos de papéis permitiram vivenciar, ainda que simbolicamente, os obstáculos enfrentados por jovens mulheres, negros, moradores de periferias ou áreas rurais. A atividade contribuiu para o reconhecimento de que a juventude não é homogênea e que políticas públicas eficazes devem considerar a diversidade de trajetórias e contextos.

Na sétima oficina, aprofundou-se o debate sobre a educação profissional no contexto do novo ensino médio. Foram apresentados os itinerários formativos e discutidas as possibilidades de integração da formação técnica à educação básica. Os e as estudantes foram estimulados a expressar suas opiniões e experiências sobre a estrutura do novo ensino médio. Em seguida, produziram propostas nas quais expressaram como gostariam que suas escolas implementassem itinerários voltados à formação educacional e profissional. Esse exercício buscou estimular o protagonismo juvenil ao aproximar os e as estudantes da dimensão prática de transformação das políticas educacionais.

A oitava oficina foi dedicada à análise das políticas estaduais e programas de inserção voltados para a juventude, como o Jovem Aprendiz e outras iniciativas locais. Foram utilizados vídeos institucionais e reportagens como materiais de apoio, seguidos de uma dinâmica em grupo para mapear ações existentes no município. Os e as estudantes foram desafiados a elaborar propostas de aprimoramento desses programas, exercitando sua capacidade crítica e propositiva. Nesse encontro, consolidou-se a compreensão de que os Legislativos estadual e municipal possuem papel relevante na fiscalização e no direcionamento das políticas públicas.

Na nona oficina, a reflexão centrou-se sobre os jovens em situação de vulnerabilidade social e as políticas de inclusão produtiva. Por meio de recursos audiovisuais, os participantes discutiram as barreiras que dificultam o acesso de determinados segmentos ao mercado de trabalho. Em seguida, foi realizada uma discussão em grupos na qual os e as estudantes refletiam sobre trajetórias de jovens com diferentes condições socioeconômicas, enfrentando dilemas relacionados a

oportunidades, exclusão e proteção social. A dinâmica evidenciou a importância de políticas afirmativas e de redes de apoio para a quebra do ciclo de pobreza e exclusão.

A décima oficina promoveu a aproximação dos e das estudantes com a prática da participação política e do protagonismo juvenil. Foi realizada a Plenária Municipal no espaço da Câmara Municipal, na qual os e as estudantes simularam uma sessão legislativa para debater e votar propostas relacionadas à inclusão dos jovens no mercado de trabalho. Essa atividade visava também realizar um dos objetivos do PJMG, o de que os jovens possam produzir proposições sobre o tema anual para discussão na comissão de participação política da ALMG. A atividade permitiu compreender, de forma lúdica e participativa, os mecanismos de funcionamento do legislativo, bem como o papel da negociação, do diálogo e do consenso na formulação de políticas. Essa vivência visava estimular nos participantes o senso de cidadania e de engajamento democrático.

Entre as oficinas 7 e 8 foi realizada também uma visita à sede municipal do Serviço Social da Indústria (Sesi). Terminada a etapa municipal, os e as estudantes do ensino médio participaram das atividades da plenária regional do PJ também acompanhada pelos residentes. As atividades culminaram com a realização da plenária estadual e visita à ALMG em Belo Horizonte.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como já mencionado, essa análise expressa as reflexões feitas pela própria CPP na avaliação ao final da experiência extensionista. Em sentido geral, avaliou-se que a articulação entre programas de formação docente como o RP e o PJ representa uma via profícua de fortalecimento mútuo entre a formação docente e a educação política democrática. A integração entre ambos não apenas ampliaria o escopo das atividades de formação de professores, como também qualificaria a atuação das Câmaras Municipais no desenvolvimento de práticas educativas voltadas à cidadania. Trata-se, portanto, da possibilidade de uma interação que produz efeitos institucionais, pedagógicos e formativos, ao mesmo tempo em que reforça a função social e educativa do Legislativo municipal.

Do ponto de vista institucional, a aproximação entre a Câmara Municipal de Alfenas e o Programa Residência Pedagógica da Unifal-MG consolidou uma cooperação mediada pela experiência acumulada da universidade nas relações com as escolas de educação básica. Essa mediação se mostrou fundamental porque as Câmaras, em geral, não

dispõem de mecanismos consolidados de interlocução com o ambiente escolar. Ao se vincular à universidade por meio do programa de residência, a Câmara passou a contar com uma ponte estruturada para o diálogo com as escolas locais, favorecendo o acesso a estudantes e docentes e possibilitando a realização de atividades formativas de caráter participativo. Nesse sentido, a presença dos residentes nos espaços da Câmara e nas escolas criou um canal de comunicação interinstitucional que aproximou o poder legislativo municipal das dinâmicas da educação básica, estimulando uma cultura de cooperação entre esferas tradicionalmente distantes.

Outro aspecto relevante observado é que a participação dos residentes trouxe à Câmara um repertório metodológico que a instituição não possuía. Os licenciandos envolvidos no projeto, em processo de formação inicial, já dominavam ou estavam sendo formados em metodologias ativas de ensino, o que conferiu às oficinas do PJ maior dinamismo e coerência pedagógica. As atividades desenvolvidas com os estudantes do ensino médio foram estruturadas de modo a privilegiar a aprendizagem por meio da participação, do diálogo e da problematização, princípios que também fundamentam as práticas formativas do Programa de Residência Pedagógica. Desse modo, o Legislativo municipal se beneficiou do conhecimento técnico-pedagógico oriundo da universidade, passando a incorporar métodos mais participativos e colaborativos na realização de suas ações educativas.

Por outro lado, é preciso destacar os elementos dessa aproximação institucional que podem potencializar a formação dos residentes. Em primeiro lugar, a própria estrutura logística do PJ, sustentada pela Câmara Municipal, desempenhou papel formativo para os residentes. A instituição ofereceu infraestrutura, transporte para as escolas, apoio administrativo e espaços adequados para a realização das atividades. Essa cooperação contribuiu para o desenvolvimento do projeto de extensão Observatório da Democracia e para a consolidação da Escola do Legislativo de Alfenas, demonstrando que esse intercâmbio pode gerar resultados concretos de fortalecimento institucional. A Câmara, ao reconhecer-se como espaço educativo, passou a exercer uma função ampliada de formação cidadã e de apoio à formação docente, configurando-se como parceira ativa na construção de uma cultura política democrática.

Ainda do ponto de vista da formação docente, a aproximação com a Câmara Municipal e com sua Escola do Legislativo pode permitir a efetivação da curricularização da extensão nos cursos de licenciatura por meio da realização conjunta de ações de extensão. Como lembram Rosso e Corte (2021), a extensão universitária, historicamente

marginalizada em relação ao ensino e à pesquisa, vem ganhando centralidade nas discussões sobre a qualidade da formação superior, especialmente após a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e a Resolução CNE/CES nº 7/2018, que determinam que ao menos 10% da carga horária dos cursos de graduação deve ser destinada a atividades de extensão. De acordo com essas autoras, essa exigência representaria não apenas uma adequação normativa, mas uma mudança paradigmática no sentido de que a universidade deixaria de exercer um papel assistencialista e passaria a atuar de modo emancipatório e dialógico, integrando o ensino, a pesquisa e a extensão como dimensões indissociáveis. Parcerias com instituições como as Escolas do Legislativo podem favorecer a implementação dessa nova realidade extensionista nos cursos de graduação.

Ainda do ponto de vista da formação dos residentes, a participação no PJ possibilitou também o acesso a materiais produzidos pela Escola do Legislativo da ALMG e por especialistas na área de educação política, o que enriqueceu a formação teórica e metodológica dos licenciandos. Esses materiais serviram como base para o planejamento das oficinas, articulando conteúdos acadêmicos e práticas de intervenção social. Além disso, a vivência proporcionou aos residentes um ambiente de formação plural e interdisciplinar, no qual puderam interagir com técnicos legislativos, professores da rede pública, gestores escolares e representantes da sociedade civil. Essa inserção favoreceu uma formação docente orientada pela práxis, na medida em que teoria e prática se articularam no desenvolvimento das atividades. O planejamento e a execução das oficinas exigiram dos residentes não apenas o domínio de conceitos da Ciência Política e da Sociologia, mas também a capacidade de traduzir tais conceitos em atividades didáticas que dialogassem com o cotidiano dos estudantes do ensino médio. A experiência ampliou o repertório pedagógico dos licenciandos, permitindo-lhes compreender os desafios concretos do ensino de Ciências Humanas em contextos diversos.

Outro ponto a destacar é que a integração entre o RP e o PJ permitiu superar o isolamento dos núcleos de residência em suas respectivas escolas-campo. Tradicionalmente, cada núcleo atua de modo autônomo, desenvolvendo atividades com turmas específicas. A inserção do PJ como atividade articuladora rompeu essa fragmentação, reunindo os diferentes núcleos em torno de um projeto comum. A construção coletiva das oficinas, as reuniões da Comissão Política Pedagógica e a participação conjunta nas plenárias municipais e regionais criaram um ambiente

colaborativo de aprendizagem entre os residentes. Essa cooperação intergrupos promoveu o sentimento de pertencimento e o reconhecimento da docência como prática social compartilhada.

A experiência também proporcionou aos residentes uma aproximação concreta com a realidade local, o que conferiu à formação um caráter mais contextualizado e democrático. O envolvimento com organizações da sociedade civil, órgãos públicos municipais e escolas da rede estadual ampliou a compreensão dos licenciandos sobre o papel social do docente e sua inserção nas dinâmicas políticas e institucionais da comunidade. Essa dimensão territorial da formação docente reforça a ideia de que a escola não é um espaço isolado, mas parte integrante de uma rede mais ampla de sociabilidade, na qual o educador atua como mediador de saberes e práticas cidadãs.

Do ponto de vista pedagógico, os resultados mostram que o diálogo entre os dois programas pode produzir um duplo movimento formativo. De um lado, a Câmara Municipal ganha em capacidade técnica e educativa, aproximando-se de práticas inovadoras e consolidando sua Escola do Legislativo como espaço de formação cidadã e de educação política. De outro lado, a universidade amplia o campo formativo dos futuros docentes, inserindo-os em experiências concretas de cidadania, planejamento institucional e articulação entre diferentes setores da sociedade. Essa sinergia materializa, na prática, a noção de formação docente como projeto social coletivo e participativo.

A partir dessa experiência, evidencia-se que Câmaras Municipais e Escolas do Legislativo podem assumir papel ativo na formação de professores, complementando o trabalho das universidades sob uma perspectiva democrática. Ao oferecer espaços, infraestrutura e interação com a realidade política local, o Legislativo contribui para que a formação docente ultrapasse o ambiente escolar, alcançando dimensões cívicas e institucionais. Essa corresponsabilidade amplia o sentido da formação, preparando educadores para atuarem como agentes de transformação social, capazes de articular o conhecimento acadêmico à vivência comunitária e ao exercício da cidadania.

Dessa forma, a avaliação da experiência aponta que a integração entre programas como o RP e o PJ constitui um modelo possível de cooperação entre instituições públicas voltadas à educação e à democracia. Ao combinar a expertise metodológica da universidade com a estrutura institucional e o alcance comunitário das Câmaras Municipais, a experiência pode fortalecer ambos os programas. A Residência Pedagógica ganha densidade social e política, enquanto o Parlamento Jovem aprofunda seu caráter educativo e participativo. Essa complementaridade demonstra que a formação docente e

a educação política podem e devem caminhar juntas, promovendo uma prática educativa ancorada na pluralidade, na participação e no compromisso democrático.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência analisada neste artigo permite concluir que a articulação entre o Programa Residência Pedagógica e o Parlamento Jovem representa uma possibilidade de integração entre formação docente e educação política, reafirmando a relevância da extensão universitária como eixo estruturante das licenciaturas. Essa aproximação potencializa a concretização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ao promover uma prática formativa que transcende o espaço escolar e se enraíza na realidade social, política e institucional do município. A parceria entre universidade e Câmara Municipal, mediada pela Escola do Legislativo, revela-se uma possibilidade interessante para a consolidação de uma formação docente democrática e socialmente comprometida.

Do ponto de vista institucional, a experiência evidencia que as Câmaras Municipais podem assumir papel ativo no apoio à formação de professores, funcionando como espaços de aprendizagem política e cidadã. Por meio do diálogo com programas de formação docente, essas instituições conseguem aproximar-se das escolas e da comunidade escolar de forma qualificada, aproveitando a experiência acumulada das universidades em relações interinstitucionais e metodologias educacionais. Esse intercâmbio não apenas pode fortalecer as ações de educação política realizadas pelas Câmaras, mas também pode ampliar sua capacidade de atuação pedagógica e de inserção social.

Sob a perspectiva da formação docente, a integração com o Parlamento Jovem pode proporcionar aos residentes um campo formativo ampliado e interdisciplinar, no qual teoria e prática se entrelaçam. O envolvimento em atividades que exigem planejamento, mediação e avaliação de oficinas educativas sobre temas de relevância social, como juventude, trabalho e democracia, pode estimular o desenvolvimento reflexivo e colaborativo. Ao atuarem em um ambiente que combina instituições legislativas, escolas e organizações da sociedade civil, os licenciandos vivenciaram uma formação ancorada na convivência e experimentação democrática.

Por sua vez, o Parlamento Jovem foi igualmente fortalecido pela presença do Programa Residência Pedagógica, que lhe conferiu densidade metodológica e coerência

pedagógica. A atuação dos residentes com base em metodologias ativas e orientados contribuiu para tornar as oficinas mais dinâmicas e inclusivas, ampliando a participação dos estudantes do ensino médio. A partir dessa integração, o Parlamento Jovem passa a se consolidar não apenas como um programa de educação política voltado à juventude, mas também como um campo de experimentação pedagógica e formação docente.

Dessa maneira, a parceria analisada demonstra que a universidade e as Câmaras Municipais podem desenvolver uma relação de mútua aprendizagem, em que ambas as instituições se fortalecem. Enquanto a universidade amplia seu compromisso social e cumpre de modo efetivo as metas de curricularização da extensão, as Câmaras desenvolvem sua função educativa e consolidam as Escolas do Legislativo como espaços de formação cidadã. A convergência entre esses programas indica um caminho promissor para a consolidação de políticas públicas voltadas à formação de professores em uma perspectiva plural, participativa e comprometida com a democracia.

REFERÊNCIAS

BEAUMONT, Elizabeth; COLBY, Anne; EHRLICH, Thomas; TORNEY-PURTA, Judith. Promoting Political Competence and Engagement in College Students: An Empirical Study. **Journal of Political Science Education**, v. 2, n. 3, 2006, p. 249-270. Disponível em http://dx.doi.org/10.1080/15512160600840467 . Acesso em 12/07/2025.

CAMPBELL, David E. Voice in the Classroom: How an Open Classroom Climate Fosters Political Engagement Among Adolescents. **Political Behavior**, n. 30, 2008, p. 437–454.

CASTRO, Ruth Schmitz; FREITAS, Fernanda Machado. Educação em rede: o exemplo do Parlamento Jovem de Minas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2017. Disponível em https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/26352/1/Educa%C3%A7%C3%A3o%20em%20rede%20-%20o%20exemplo%20do%20Parlamento%20Jovem%20de%20Minas.pdf . Acesso em 08/05/2024.

CLARK, Nick; SCHERPEREEL, John. Do Political Science Simulations Promote Knowledge, Engagement, Skills and Empathy?. **Journal of Political Science Education**, 2024, v. 20, n. 1, 2024, p. 133–152. Disponível em https://doi.org/10.1080/15512169.2023.2204236 . Acesso em 12/07/2025.

FARIA, Juliana; PEREIRA, Júlio Emílio Diniz. Residência pedagógica: afinal, o que é isso? **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 28, n. 68, maio/ago. 2019, p. 333-356. Disponível em https://doi.org/10.29286/rep.v28i68.8393 . Acesso em 15/05/2025.

FINKEL, Steven E.; SMITH, Amy Erica. Civic Education, Political Discussion and the Social Transmission of Democratic Knowledge and Values in a New Democracy: Kenya 2002. **American Journal of Political Science**, v. 55, n. 2, 2010, p. 417–435. Disponível em https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2010.00493.x . Acesso em 12/04/2025.

FUKS, Mário. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, 2014, p. 425-449. Disponível em https://doi.org/10.1590/1807-01912014203425 . Acesso em 11/03/2025.

FUKS, Mário; CASALECCHI, Gabriel Ávila. Formando cidadãos democráticos: considerações sobre os efeitos do parlamento Jovem mineiro. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2016, p. 145 a 164. Disponível em https://www.kas.de/documents/265553/265602/7_file_storage_file_18854_5.pdf/8bae1b64-9a28-392b-4d7d-46d64c087705 . Acesso em 05/06/2024.

GONÇALVES, Guilherme Quaresma; CASALECCHI, Gabriel Ávila. O impacto do Parlamento Jovem sobre a confiança dos jovens mineiros. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v. 15, n. 24, jul. /Dez. 2013, p. 71-103. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/10391 . Acesso em 04/06/2024.

JULIO, Rejane Siqueira; FELÍCIO, Helena Maria dos Santos. O programa residência pedagógica no contexto pandêmico: as experiências dos residentes do subprojeto de matemática da Universidade Federal de Alfenas. **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v.24, n. 4, p. 202-228, 2022. Disponível em http://dx.doi.org/10.23925/1983-3156.2022v24i4p202-228 . Acesso em 09/10/2025.

MARTINS, Lúcio Meireles; BARROS, Antônio Teixeira de. Influência do Parlamento Jovem no comportamento político dos egressos: análise da autopercepção dos jovens participantes. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 27, 2018a, p. 139-189. Disponível em https://doi.org/10.1590/0103-335220182705 . Acesso em 13/03/2025.

MARTINS, Lúcio Meireles; BARROS, Antônio Teixeira de. Juventude e educação para a democracia: relatos de egressos do Parlamento Jovem Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 26, n. 66, 2018b, p. 49-78. Disponível em https://doi.org/10.1590/1678-987318266603 . Acesso em 12/03/2025.

PEREIRA, Rosemari da Silva; ALVES, Dalton José. Escola e democracia, extensão universitária e a formação de professores no Brasil: uma concepção pedagógica em defesa da educação escolar como instrumento de transformação social. **Debates em Educação**, v. 16, n. 38, 2024, p. 1 - 24. Disponível em https://doi.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe17567 . Acesso em 17/10/2025.

PIMENTA, Letícia Leão de Carvalho; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; MACHADO, Patrícia Roberta de Almeida Castro. O Programa Residência Pedagógica no âmbito da Universidade Federal de Goiás. **Debates em Educação**, v. 16, n. 38, 2024, p. 1-16. Disponível em https://doi.org/10.28998/2175-6600.2024v16n38pe18570 . Acesso em 13/05/2025.

ROSSO, Gabriela Paim; CORTE, Marilene Gabriel Della. A extensão universitária no currículo de cursos de graduação e contextos emergentes. **Debates em Educação**, Maceió, v. 13, n. 2, 2021, p. 365-388. Disponível em https://doi.org/10.28998/2175-6600.2021v13nEsp2p365-388 . Acesso em 08/10/2025.

SAMPAIO, Thiago; SIQUEIRA, Marina. Impacto da educação cívica sobre o conhecimento político: a experiência do programa Parlamento Jovem de Minas Gerais. **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 2, novembro, 2013, p. 380-402. Disponível em https://doi.org/10.1590/S0104-62762013000200006 . Acesso em 04/08/2024.

SILVA, Kátia Augusta Pinheiro Cordeiro Curado. Residência Pedagógica: uma discussão epistemológica. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, set. /dez. 2020, p. 109-122. Disponível em https://doi.org/10.31639/rbpfp.v13i25.437 . Acesso em 08/10/2025.

TRINDADE, Gleyton; LÁZARO JUNIOR, Francis; SILAME, Thiago. Observatório da Democracia de Alfenas/MG: possibilidades e desafios da educação em direitos humanos através do Parlamento Jovem. **Revista Conexão**, Ponta Grossa, v. 17, n. 1, 2021, p. 01-12. Disponível em https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.17.17424.40 . Acesso em 05/08/2024.